

Elementos para a construção do sentido e o significado do conceito de população tradicional e sua importância para o século XXI

José Bittencourt da Silva

RESUMO: *A priori*, não se pode dizer que existe um modelo de população tradicional que sirva de base real para sua conceituação. O que existem são grupos humanos que por apresentarem algumas características gerais, podem ser denominadas como “tradicional”. O presente artigo pretende apresentar discussões e debates acerca do conceito de população tradicional e sua importância para as questões ambientais da atualidade. A construção do sentido e do significado desse conceito liga-se historicamente ao socioambientalismo dos extrativistas da borracha do estado do Acre e, posteriormente, a outros povos da floresta amazônica. O fulcro conceitual dessas populações reside no sentido dado as suas ações econômicas, culturais, simbólicas etc. calcadas na sustentabilidade ambiental. Para a consecução do objetivo deste trabalho, buscou-se fundamentar as arguições em pesquisa bibliográfica realizada em biblioteca virtual e física, assim como em acervo pessoal. O que segue são aprofundamentos acerca da temática levantada sobre o conceito e a importância dessas populações para o século XXI.

Palavras-chave: Construção Conceitual. População Tradicional. Sustentabilidade Ambiental.

ABSTRACT: **Elements for the construction of meaning and the meaning of the concept of traditional population and its importance for the XXI century.** *A priori*, one can not say that there is a population model that serves as a traditional real basis for their concept. What there are human groups that have some characteristics in general, can be termed as "traditional. " This article intends to present arguments and debates about the concept of traditional populations and their importance to environmental issues today. The construction of meaning and significance of this concept is bound historically to the extractive rubber socioenvironmentalism Acre state, and subsequently to other peoples of the Amazon rainforest. The core concept of these populations lies in the sense given their economic actions, cultural, symbolic, etc.. sidewalks on environmental sustainability. To achieve the objective of this study, we sought to substantiate the complaints on a bibliographic search in physical and virtual library, as well as personal collection. What follows are insights about the topic raised about the concept and importance of these populations for the XXI century.

Keywords: Conceptual construction. Traditional population. Environmental Sustainability.

Antes de se fazer qualquer discussão teórica é importante atentar para o fato de que não existe um modelo de população tradicional, suscetível de ser tomada como referência e monoliticamente enquadrada em um exemplo do real. O que existe são populações que por causa de algumas características gerais, podem ser denominadas como “tradicionais”, em que pese esses aspectos comuns não serem os mesmos em todos os ambientes, nem do ponto de vista quantitativo, nem qualitativo. As diferenças existem e são claramente justificadas, pois essas populações estão colocadas em realidades próprias de cada território¹, o que lhes inflige processos sócio-culturais e econômico-ambientais peculiares a seus contextos. Essas diferenças relacionam-se ao meio em que vivem, ao sistema de produção e proximidade com mercados consumidores, bem como ao modo de vida que levam cotidianamente, ao nível de suas organizações, tradições e construções simbólicas herdadas.

O conceito de populações tradicionais está ligado historicamente ao processo de formação das Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável na Amazônia, particularmente às Reservas Extrativistas – RESEX (ALLEGRETTI, 1994; SIMONIAN, 2000; SILVA, 2003). De fato, o termo emerge a partir da produção acadêmica de teóricos que pensaram e contribuíram com as demandas do movimento dos trabalhadores extrativistas do Acre, inicialmente chamados de Povos da Floresta. Cunha e Almeida (1999, p. 184) chamaram a atenção para o fato de que o conceito era (e acredita-se que ainda é) bastante abrangente, uma vez que seu sentido saiu de uma relação única com os seringueiros e castanheiros amazônidas, para englobar “outros grupos, que vão de coletores de berbigão de Santa Catarina, a babaqueiras do sul do Maranhão e quilombolas do Tocantins”².

De todo modo, pode-se observar que o conceito vem sendo paulatinamente habitado por pessoas de carne e osso, tal qual aconteceu com as denominações de índio e negro, que apesar de serem originalmente *constructos* ideológicos etnocêntricos, servem atualmente como referência para auto-estima, autoconscientização grupal e união identitária de populações marginalizadas que buscam melhores condições de vida, afirmação de direitos e ratificação de territorialidade (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Por exemplo, o conceito de indígena, o mais emblemático neste sentido, criado pelos colonizadores europeus que viam essas populações milenares a partir de termos como nativos, exóticos, aborígenes etc. (GONÇALVES, 2001). De fato, o termo índio foi uma expressão homogeneizadora e estereotipada da complexidade sócio-cultural desses povos, mas que foi engendrado e aceito por populações não-brancas na Amazônia e alhures no embate pela garantia de suas demandas sócio-culturais e econômico-ambientais.

Um passo importante no contexto da construção e vivificação da categoria científica População Tradicional foi o seu reconhecimento institucional ao nível do Estado.

¹ Território no mesmo sentido dado por Costa (2007), ou seja, como processo de domínio (político-econômico) e/ou apropriação (simbólico-cultural) de uma parcela do espaço por determinados grupos humanos, os quais se encontram condicionada pelo movimento peculiar de dado período histórico.

² Embora este artigo seja uma cópia do original e apresente dados bibliográficos insuficientes para uma referência mais completa, considerou-se pertinente citá-lo em função da contribuição teórica que Cunha e Almeida (1999) apresentam acerca do conhecimento das populações tradicionais no contexto deste artigo.

Essas populações já possuem uma existência formal-legal e com espaço burocrático-administrativo estatal próprio e definido juridicamente. É exatamente o Instituto Chico Mendes, outrora denominado de Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, órgão co-gestor de áreas protegidas com populações extrativistas, ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA³. Sem dúvida, isto proporciona um grau considerável de visibilidade para essas pessoas, as quais já possuem uma existência essencial, qual seja: a existência jurídica, a despeito de haver pouco mais de trinta anos de luta aparente dessas populações. Se comparado com o processo de reconhecimento legal das populações indígenas, este é um tempo bastante pequeno.

Neste processo de formação conceitual, vários autores (BALÉE 1989; DIEGUES 1996; 1993; ROUÉ 1997; REDFORD 1997; SIMONIAN 2003 e outros) se debruçaram teoricamente na busca de identificar, ordenar e apresentar peculiaridades essenciais para que tal ou qual grupo social ser considerado dentro dos marcos conceituais aceitáveis, inclusive do ponto de vista jurídico-político. Precisamente, esses teóricos entendem que as características fundamentais dessas populações podem ser buscadas na maneira relacional que elas travam com o meio ambiente em que vivem. Consideram como populações tradicionais aquelas que por décadas, séculos ou mesmo milênios, desenvolveram e ainda mantêm processos de adaptação a ambientes muito particulares, utilizando uma tecnologia simples, mas eficiente, e praticando uma cultura mítico-religiosa igualmente fundamentada no meio em que vivem.

Cunha e Almeida (1999, p 184) chamam a atenção para uma especificidade fundamental, a saber: o fato de que uma população tradicional, para ser tida como tal, deve ter pelo menos em parte “uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesse em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram”. Portanto, é o aspecto da sustentabilidade do meio natural o essencial nessa formulação, ou seja, para Cunha e Almeida (Op. Cit.) a conservação ambiental (uso sustentável da natureza) constitui-se como elemento imprescindível no contexto da compreensão teórica e social das populações tradicionais.

Diegues (1993, p. 248-249), que é uma referência importante no processo de construção teórico-conceitual da categoria população tradicional, chegou mesmo a enumerar onze especificidades concretas que compõem os atributos dessas populações, a saber:

- a. Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um “modo de vida”;
- b. Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;

³ Segundo o SNUC (BRASIL, 2000) essas populações baseiam-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. E mais, elas desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

- c. Noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente;
- d. Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- e. Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;
- f. Reduzida acumulação de capital;
- g. Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h. Importância de mito e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;
- i. A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal. Nele, o produtor e sua família, dominam o processo de trabalho até o produto final;
- j. Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; e
- l. Auto-identificação ou identificação pelos outro de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

A esta estruturação conceitual, pode-se associar a idéia de que seria também fundamental fazer um levantamento das populações que podem ser caracterizadas como tradicionais, levando-se em consideração essas especificidades identificadas por Diegues. Aliás, segundo o Acervo (2005) poder-se-ia elencar as seguintes populações como sendo tradicionais: açorianos, caiçaras, caipiras, babaçueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreiros, pescadores, praeiros, quilombolas, ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não amazônicos, sertanejos e sitiantes.⁴

O que se pôde depreender a partir da bibliografia levantada, tanto em bibliotecas físicas como virtual, é que qualquer tentativa de se conceituar populações tradicionais deve-se levar em consideração a perspectiva ambientalista. Como já indicado acima, é importante partir do pressuposto de que tal conceituação é resultante da percepção de setores da intelectualidade acadêmica, que passaram a focalizar o meio ambiente como objeto de pesquisa e intervenção. A análise da destruição ou da conservação dos recursos naturais, pode ser considerada como o detonador que permitiu a aparição da existência fenomênica das populações tradicionais, as quais passaram a ser percebidas

⁴ Aqui se faz necessária uma breve explicação. Geralmente, as populações indígenas não são colocadas como populações tradicionais, talvez porque apresentem diferenças e especificidades históricas no seu processo de vivificação frente ao Estado, apresentando legislação e amparo institucional próprios, e estão ligadas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Todavia, do ponto de vista teórico e conceitual, pode-se perfeitamente colocar os povos indígenas no rol das assim denominadas populações tradicionais.

como capazes de utilizar e, ao mesmo tempo conservar e aprimorar os ecossistemas naturais. Precisamente, são estes grupos humanos e suas práticas sociais, econômicas, culturais, ambientais etc. que passaram a ser denominados de Populações Tradicionais.

É importante observar que o componente ambiental, agregado às análises acerca das populações tradicionais, colocou em questão antinomias seculares entre tradicional e o moderno, entre o progresso e o atraso, ou entre tantas outras dicotomias que denotam uma visão etnocêntrica acerca dessas populações. Esta visão negativista partia do princípio de que, as práticas tradicionais tendiam ao desaparecimento e representavam um atraso histórico no processo de desenvolvimento das comunidades locais. Filocreão (2002) aponta que essa perspectiva ancora-se em um pressuposto monolítico de análise, o qual parte unicamente das forças produtivas do capital. Nesta linha de percepção, encontram-se autores como Homma (1989; 1993) e Amin (1999), os quais buscam demonstrar que o extrativismo e as populações tradicionais a ele ligadas são realidades pré-modernas, vulneráveis ao progresso técnico e à competição do mercado. E mais do que isso, essa realidade emperraria o crescimento econômico e a melhoria de vida social geral na Amazônia.

As análises acima precisam ser relativizadas, haja vista sua visão de modernidade está ancorada exclusivamente no crescimento econômico ou no progresso técnico, supostamente tida como fonte única para o desenvolvimento social. Todavia, as populações tradicionais podem ser tão modernas quanto qualquer outra população humana, se se der relevância à questão ambiental e biogenética como componente fundamental de análise. Pode-se, pelo contrário, dizer que as populações tradicionais são arquétipos para século XXI, pois se o ser humano no terceiro milênio não se tornar um conservacionista por excelência, colocará em risco a sua própria sobrevivência. A lição fundamental mostrada por essas populações, reside nos valores e atitudes em relação ao meio ambiente (BALÉE, 1989), exemplares para a posteridade, ou mais precisamente para as gerações futuras.

Sabe-se que a os recursos florestais amazônicos (vegetais e animais) vêm sendo utilizados por grupos humanos com produção familiar para sua subsistência, tanto por indígenas quanto por outras populações tradicionais, desde tempos imemoriais. O trabalho de Redford (1997) é bastante elucidativo neste sentido, mostrando até certa superutilização faunística por parte de índios, seringueiros, quilombolas etc., principalmente de animais mamíferos e aves. Contudo, tal utilização desses recursos exacerba-se na medida em que a pobreza e a miséria tornam-se um componente a mais neste uso, em virtude do avanço do capital nacional e internacional, de políticas públicas autoritárias de ocupação da Região, assim como através de migrações desordenadas para a Amazônia.

No contexto desse processo as necessidades de sobrevivência obrigam, muitas vezes, as populações tradicionais a agredirem o meio ambiente, impactando os ecossistemas de maneira nada sustentável. Simonian (2000, p. 10) chama isso de manejo negativo, que seria a “exploração dos recursos naturais feitas de modo destrutivo”. Claro está que se as populações tradicionais desenvolvem esse tipo de manejo, é em função da cooptação por parte de setores do Estado e mesmo de particulares com visão voltada exclusivamente para mercado e os ganhos imediatos

que possam adquirir. Esse manejo negativo é amparado pela grande incapacidade de fiscalização dos órgãos públicos e pela impunidade ou conivência de agentes governamentais em escala local, regional ou nacional.

Por outro lado, pesquisadores (BALÉE, 1989; ROUÉ, 1997; POSEY, 1997) observaram que as populações tradicionais e indígenas foram (e ainda são) fundamentais para a manutenção e melhoramento da biodiversidade dos ecossistemas na Amazônia e alhures.

As práticas culturais de manejo dos recursos naturais desenvolvidas por algumas dessas populações interagem com o processo evolutivo das espécies a milhares de anos, de modo que a presença das populações e o manejo que fazem de determinados ecossistemas são essenciais à manutenção da biodiversidade. O caso dos maasai é um exemplo, pois a implantação de parques e a retirada desse povo que manejava a paisagem de savana em regiões da Tanzânia e do Quênia, com queimadas periódicas, levaram a continuidade do processo de sucessão ecológica, de modo que áreas anteriormente cobertas por herbáceas passaram a ser dominadas por arbustos, com redução nas populações de grandes mamíferos (DIEGUES, 2001 *apud* GUERRA; COELHO, 2009, p 29)

Pode-se também citar os babaçuais e os castanhais amazônicos como exemplo marcante da ação positiva das populações tradicionais sobre os ecossistemas.

Essa relação ser humano – natureza, ao contrário do que pensam muitas lideranças de organizações não-governamentais (ONG) internacionais (SILVA, 2007), confirma a necessária conservação dessas práticas socioculturais enriquecedoras dos espaços naturais, inclusive para a manutenção de espécies endêmicas em áreas específicas. Como demonstram Guerra e Coelho (2009, p. 29-30), a ação antrópica de determinados grupos humanos sobre os ecossistemas naturais deve ser, portanto, considerada a partir de paradigmas mais amplos, entendendo que há influência dos processos culturais sobre a diversidade biológica e que essa é uma dimensão a ser discutida no âmbito das práticas de proteção da natureza. “A consideração da relação humana com a biodiversidade como categoria central de gestão implica a necessidade de avaliação dessa biodiversidade em um contexto geográfico, político, cultural e socioeconômico [...]”.

Em tempos de desestruturação dos ecossistemas, perda desmesurada de biodiversidade, aquecimento global, produção de resíduos sólidos (inclusive os radioativos), escassez de água potável e incapacidade de suporte da biosfera para a produção de alimentos a todos, fazem-se necessárias mudanças paradigmáticas nos processos de desenvolvimento das sociedades modernas. Gadotti (2000, p. 77) afirma que esses problemas locais e globais da atualidade não serão resolvidos com novas tecnologias, mas sim a partir de uma nova relação saudável com o planeta “reconhecendo que somos parte do mundo natural, vivendo em harmonia com o universo, caracterizado pelas atuais preocupações ecológicas”. Portanto, o que se faz

necessário é exatamente uma mudança geral na conduta dos grupos humanos, frente ao modo de produção e consumo dos bens e serviços da vida moderna.

Enfim, ao longo da história, os seres humanos e suas múltiplas experiências têm alcançado importantes conquistas que o fazem avançar, principalmente nos aspectos materiais de existência. Mas, a velocidade das mudanças, a rapidez imprimida pelo consumismo tem crescido em ritmo acelerado, tornando obrigatória a retomada, construção e consolidação de certos valores que apenas são conservados por populações tradicionais. De fato, o conceito de população tradicional está essencialmente ligado à manutenção de valores, tradições, cultura e sua relação com os ecossistemas naturais. Por isso, faz-se mister voltar o olhar para essas populações e enxergar nelas a função pedagógica que suas práticas oferecem, principalmente nos contextos atuais modernos, em que se busca urgentemente a construção paradigmática de alternativas e possibilidades para os processos de desenvolvimento da atualidade. Caso contrário, o atual modelo de crescimento poderá levar a humanidade à *débâcle* geral.

Referências

- ACERVO: **População tradicional não indígena**. Disponível em <www.usp.br/nupaub/acervo2.html>. Acesso em: 14 fev. 2005.
- ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. **Negros do trombetas**: guardiões de matas e rios. Belém: UFPA/NAEA, 1998.
- AUBERTIN, C. A ocupação da Amazônia: das drogas do sertão à biodiversidade. In: EMPERAIRE, L. (Org.) **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. São Paulo: UNESP, 2000. p. 23-30.
- ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. (et al.). **O destino da floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 17-47.
- _____. **A construção social de políticas ambientais** – Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002. 700 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Gestão e Política Ambiental) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- AMIN, M. O extrativismo como fator de empobrecimento da economia do estado do Pará. In: XIMENES, T. (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**. Uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: Supercores, 1999. p. 177-209.
- BALÉE, W. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, V. A. **Biologia e Ecologia humana na Amazônia**. Belém: Museu Emílio Gueldi, 1989, p. 95-109.
- BRASIL. Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2002.
- COSTA, R. H. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: REVISTA Sociedade e Etnoconhecimento, p. 185-193, 1999.

DIEGUES, A. C. S. **Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: UCITEC/NUPAUB-SEC/USP, 1996.

_____. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Org.) **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Belém: APED/NAEA/UFPA, 1993, p. 219-249.

FEARNSIDE, P. M. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Editora Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. p. 314-344.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extratativismo e capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra S. A, 2004.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. 5ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazôniaas**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HOMMA, A. K. A. Reservas extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia? **Pará Desenvolvimento**. Belém, n.º. 25, p. 38-48, jan/dez, 1989.

_____. **Extratativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília-DF: EMBRAPA, 1993.

MARX, K. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Moraes LTDA, 1987, p.

PINTON, F.; AUBERTIN, C. Extrativismo e desenvolvimento regional. EMPERAIRE, L. (Org.) **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: UNESP, 2000, p. 151-159.

POSEY, D. A. Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafios à sobrevivência e a velha ordem. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 345-368.

POSEY, D. A.; OVERAL, L. W. (Orgs.). **Ethnobiology: implications and applications**. Proceedings of the First International Congress of Ethnobiology (Belém, 1988). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1990. (Volume 1 e 2).

REDFORD, K. H. A floresta vazia. In: VALADARES-PADUA, C.; BODMER, R. E. (Org.). **Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil**. São Paulo: MCT-CNPq, 1997, p. 1-22.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em Etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém-PA: Editora SEJUP/UFPA-NAEA, 1997. p. 201-217.

RUEDA, R. P. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. **Reservas extrativistas**. Brasília: CNPT/UICN, 1995. p. 3-12.

SILVA, J. B. da. **Sustentabilidade institucional e participação comunitária da Reserva Extrativista Rio Cajari**. 2003. 149f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Belém, PLADES/NAEA/UFPA, 2003.

_____. **Unidades de conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaenses: problemas, tendências e perspectivas**. 2007. 377f. Tese de doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – PDTU/NAEA/UFPA, Belém, 2007.

_____. Populações tradicionais sul-amapaenses de unidades de conservação: valores, condutas e o papel da pedagogia da alternância. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outros contextos socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA/UFPA, 2010, p. 287- 324.

SIMONIAN, L. T. L.; GLASER, M. Extractive Reserves and the question of sustainability: recent experience in north of Brazil. In: Workshop Brasil/Alemanha. **Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**. Hamburgo: Universidade de Hamburgo, 2000. p. 03-25.

SIMONIAN, L. T. L. (at al.). Floresta Nacional do Amapá: breve histórico, políticas públicas e (in) sustentabilidade. **Papers do NAEA**. Belém, n°. 167, ago. 2003.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.

_____. Mulheres, cultura e mudanças nos castanhais do sul do Amapá. In: _____. **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: Editora do NAEA, 2001. p. 107-148.

_____. Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial. **Anais/ SEMINÁRIO SABER LOCAL/INTERESSE GLOBAL: PROPRIEDADE INTELECTUAL, BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS** realizado em Belém, entre 10-12 de 2003. Belém: MPEG; CESUPA, p. 59-93, 2005. (Org. por C. A. Bela e Eliane Moreira).

_____. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia brasileira. In: SCHERER, E. F.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 195-232.

_____. (Org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)**. Belém: NAEA/UFPA-FFORD, 2004. 380 p., il.

*Artigo recebido em 15 de novembro de 2010.
Aprovado em 30 de dezembro de 2010.*